NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 08/Ago

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1794| 2017

Sem salários, vigilantes da Saúde e Educação cruzam os braços

Vigilantes em greve no Hospital de Base
(Fonte: Metrópoles)

Cerca de 3,5 mil vigilantes que atuam nos hospitais, centros de saúde e escolas públicas do Distrito Federal cruzaram os braços nesta terça-feira (8). De acordo com a diretoria do Sindesv-DF, sindicato que representa a categoria, a paralisação seguirá firme até que os salários dos trabalhadores sejam regularizados.

Os vigilantes são ligados às empresas Ipanema, Brasília Segurança, Confederal e Global e a mobilização continuará por tempo indeterminado em frente às escolas, hospitais e unidades de saúde.

O sindicato informa que há tempos os trabalhadores são prejudicados com constantes atrasos. Eles afirmam que o pagamento de julho deveria ter sido depositado até o quinto dia útil do mês, porém, até o momento não foi depositado.

“Todos os meses, o GDF insiste em trazer dificuldades para os trabalhadores terceirizados. Não podemos mais ficar parados. Continuaremos mobilizados na luta para garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados”, explica o presidente do Sindesv- DF, Paulo Quadros.

Fonte: CNTV

Em Assembleia Legislativa, Sindivigilantes do Sul mobiliza por projetos da categoria

Diretoria do Sindivigilantes do Sul durante mobilização realizada nessa segunda-feira (7)

Nessa segunda-feira (07), o Sindivigilantes do Sul realizou uma mobilização na Assembleia Legislativa de Porto Alegre. Com o objetivo de pressionar os deputados pela aprovação de dois projetos de interesse da categoria, o PL das cotas para as mulheres vigilantes e a Lei anticalote, os trabalhadores protestaram por direitos durante todo o dia.

De autoria do deputado Adão Villaverde (PT), o PL 213/2016 prevê a contratação de, no mínimo, 20% de mulheres nos contratos dos serviços de vigilância particular pelos poderes públicos.

A proposta das cotas deve ser votada em reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), nesta terça-feira (08), às 09 horas.

A mobilização consistiu em duas etapas. Enquanto uma parte da direção e apoio panfletou e protestou com faixas exigindo a aprovação do projeto, uma comissão de mulheres visitou os gabinetes dos deputados titulares e suplentes da CCJ.

As vigilantes estão inconformadas com a demora da comissão em votar a proposta, que já tem o parecer favorável da relatora, deputada Manuela D'Ávila (PC do B).

Por três vezes deputados pediram vistas do

PL, adiando a votação. Depois disso, por quatro sessões seguidas os deputados retiraram o quórum das sessões da comissão, porque o Governo do Estado não quer a apreciação de outras matérias que também estão na pauta. Com isso, as mulheres vigilantes estão sendo prejudicadas, enquanto são as pessoas que mais sofrem com a crise do desemprego na categoria.

Lei Anticalote

Já o projeto da Lei Anticalote, que já passou na CCJ, depois de muita demora, está com a tramitação parada na casa há vários meses. Ele precisa passar em pelo menos mais uma comissão para ir à votação em plenário por todos os deputados e deputadas.

O PL 96/2015, também de Villaverde, tem como objetivo garantir os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras vigilantes, que muitas vezes sofrem o calote de empresas que fecham as portas sem pagar as verbas rescisórias devidas, como 13º, férias e FGTS.

A proposta cria um fundo numa conta vinculada em um banco, onde as empresas contratadas pelo poder público devem depositar, mensalmente, os valores correspondentes a esses direitos. Em caso de rescisão do contrato ou fechamento da empresa por falência, por exemplo, os vigilantes têm garantido o seu pagamento.

No entanto, por pressão das empresas o PL não andou mais na casa e não tem perspectiva de votação imediata. Por isso o sindicato vai continuar pressionando os parlamentares pela sua aprovação, o mais rápido possível.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Em ato político, Sindsegur cobra do patronal atrasados da categoria

Diretores Sindsegur durante ato realizado na última sexta-feira (4)

O Na última sexta-feira (4), o Sindicato Intermunicipal dos vigilantes do Rio Grande do Norte (Sindsegur) realizou grande ato político em frente à empresa RN Segurança. Com férias, salários e benefícios atrasados a cerca de dois meses, a direção do Sindicato pressionou os patrões e exigiu o pagamento imediato dos direitos da categoria.

Graças à intensa mobilização do sindicato em conjunto com os trabalhadores, a empresa depositou e regularizou a situação dos vigilantes. “Nós, da direção do Sindsegur, prezamos pelo comprometimento e, principalmente, pelo respeito a cada companheiro e companheira. Seguiremos atentos ao patronal e não aceitaremos atrasos ou qualquer tipo de intransigência”, explica o presidente do Sindsegur, Francisco Benedito.

Fonte: CNTV

Reforma aumentará desemprego e beneficia patrão, aponta pesquisa

Nova rodada da pesquisa do Vox Populi, encomendada pela CUT e divulgada nessa segunda-feira (7), aponta rejeição à “reforma” trabalhista do governo Temer, materializada pela Lei 13.467, sancionada em julho. Para 57% dos entrevistados, a mudança é boa apenas para os patrões, enquanto 15% acreditam que não beneficia ninguém. Apenas 12% afirmaram que a reforma é boa para ambos e só 3% disseram que ajuda os empregados. Outros 14% não souberam ou não responderam.

A rejeição aumenta para 63% na região Nordeste e vai a 57% no Sudeste. Fica na média no Centro-Oeste/Norte e cai para 48% na região Sul. É um pouco maior entre homens (58%) do que mulheres (56%), e entre adultos (59%) do que jovens (57%) e maduros (49%).

Também sobe, para 59%, entre pessoas de nível superior e com renda equivalente a até dois salários mínimos.

Sobre possíveis efeitos, 72% afirmam que o desemprego, atualmente em nível recorde, deverá aumentar. E 14% avaliam que continuará como está.

Os pesquisadores perguntaram sobre dois itens da nova lei. Para 60%, negociar sozinho, sem a presença do sindicato, é ruim ou péssimo e para 13%, ótimo ou bom. Outros 17% consideram regular e 11% não quiseram ou não souberam responder.

A maioria também foi contrária ao dispositivo que permite à mulher gestante ou lactante trabalhar em locais insalubres, mediante um atestado médico. Pouco mais da metade dos entrevistados (51%) disseram que isso é bom só para os patrões e 18%, para ninguém. Nas demais respostas, 11% acreditam que é bom para ambos e 6%, para os empregados, enquanto 14% não responderam ou não souberam responder.

Foram entrevistadas 1.999 pessoas nos dias 29 e 31 do mês passado, em 118 municípios de áreas urbanas e rurais. A margem de erro é estimada em 2,2 pontos, com intervalo de confiança de 95%.

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, a reprovação só não superou os 90% porque os trabalhadores ainda não têm pleno conhecimento das novas regras. Segundo ele, Temer institucionalizou o chamado "bico" no mercado de trabalho.

"O governo e o Congresso Nacional esconderam dos trabalhadores que a reforma acaba com garantias incluídas na CLT", diz Vagner. "Disseram apenas que geraria empregos, o que não é verdade. Não disseram, por exemplo, que os empregos decentes serão substituídos por empregos precários, com salários mais baixos e sem benefícios, entre tantas outras desgraças previstas na nova lei trabalhista."

Fonte: RBA

Seminário analisa pontos da reforma trabalhista que atingem os trabalhadores

Primeira mesa de debates do Seminário do Comando Nacional dos Bancários

Na primeira mesa do Seminário do Comando Nacional dos Bancários, que acontece nesta segunda-feira (7) na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), o assessor jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CUT), José Eymard Loguercio, fez uma apresentação sobre os principais pontos da reforma trabalhista que atingem os direitos dos trabalhadores e causa impactos na ação e na estratégia sindical.

"São diversos elementos que trazem uma alteração profunda e extensa na legislação trabalhista que, embora voltada para o direito individual do trabalho, atinge também os sindicatos", disse o advogado. "Essa nova reestruturação atinge os direitos protegidos tanto na lei, quanto também aqueles de acordos e convenções coletivas. E isso tem um sentido de desproteção, inclusive em relação à Justiça do Trabalho", completou.

"Os advogados nos apresentaram uma análise bastante aprofundada da Lei 13467/2017, que muda completamente as relações de trabalho e que interferem negativamente na negociação que nós bancários fazemos com os patrões, os bancos", disse Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT e um dos coordenadores do Comando Nacional dos Bancários.

Lei ponto a ponto

Eymard apresentou um recorte com 17 temas que estão colocados na lei e de que forma esses temas vão atingir os trabalhadores, especialmente os bancários, e como os sindicatos e as assessorias jurídicas podem trabalhar para resistir à aplicação da nova legislação. "Até porque ela contém inconstitucionalidades e contrariedades a convenções internacionais. Os sindicatos e as assessorias jurídicas vão precisar combater isso" explicou o advogado.

Para Eymard, a nova lei permite, em diversos pontos, a interferência da empresa para desregulamentar a jornada de trabalho, para não pagar hora-extra, para retirar de determinados trabalhadores a possibilidade do questionamento judicial, para tirar do teletrabalho a correspondência por jornada e, portanto, estabelecer remunerações voltadas a produtividade. "É uma legislação que, por retirar ou por tentar retirar a proteção sindical e a proteção legal, coloca o trabalhador frente ao empresário sem nenhuma possibilidade de resistência. Hoje ele poderia resistir dizendo 'a lei não permite que seja feito isso'", alertou.

Eymard explicou ainda que, alguns trabalhadores, como aqueles que ganham acima de R$ 11 mil e tenham nível universitário, poderão ficar submetidos a regras que não estejam sequer previstas na lei e nem em acordos, ou na Convenção Coletiva. "Em outros casos, para compensação de jornada, por exemplo, praticamente não há necessidade de acordo individual escrito, que é o mínimo que se exige na legislação atual. Então, o descumprimento da jornada provavelmente será ainda mais significativo além das dificuldades de equiparação salarial e os casos de perda de gratificação de função não incorporada, que atinge diretamente jornada, remuneração e proteção", concluiu.

"Foram apontadas algumas questões muito interessantes. Estamos atentos à articulação entre as várias mudanças de legislação que estão sendo feitas. Por exemplo, a emenda constitucional que trata do orçamento, a lei da reforma trabalhista, a lei da reforma da Previdência, a lei da terceirização... São leis que, conjuntamente, desmontam o arcabouço de contratação, o arcabouço das regras que regem as negociações e também a representação e o papel dos sindicatos nessa luta que existe entre capital e trabalho", analisou o presidente da Contraf-CUT.

Von der Osten destacou o papel do Comando Nacional e a importância do seminário. "Ouvimos detidamente cada um dos pontos. Agora, por conta dos debates que estamos fazendo aqui, vamos definir estratégias e ações para a redução de danos aos trabalhadores e para combater os efeitos e tentativas de se modificar essa lei, tanto no âmbito nacional como por meio da Organização Internacional do Trabalho, que tem opinião a respeito do que aconteceu no Brasil, que foi a mudança mais profunda, mais contundente feita no mundo até agora em termos de leis trabalhistas", disse.

O seminário se estende durante todo o dia. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) fará uma apresentação sobre os reflexos da nova Lei Trabalhista na Convenção Coletiva de Trabalho e na Minuta da categoria.

Ao final, o Comando Nacional debaterá e organizará a posição da categoria sobre as cláusulas 37 (monitoramento de resultados), 62 (GT de realocação e requalificação profissional) e 65 (adiantamento emergencial de salários em período transitórios de afastamento por doença), que serão pauta da reunião de negociação entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), que será realizada na terça-feira (8).

Fonte: Contraf-CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Leidiane Souza
Diagramação: Leidiane Souza

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF